

Experiências indígenas com a escrita: apropriação, impasses, desafios e possibilidades: educação intercultural e “A queda do Céu”

Karla Alessandra Alves de Souza¹

Elias Nazareno²

RESUMO

O presente artigo se propõe a dissertar sobre questões que permeiam as experiências indígenas com a escrita e, então, pontuar suas particularidades e desafios nesse processo. As reflexões propostas buscam investigar o processo de apropriação da ‘escrita’ pelos povos indígenas, suas atualizações e transformações. Intentamos compreender qual seria o propósito dessas apropriações e quais os desafios apresentados neste processo. Ao levantarmos essas questões, analisamos algumas experiências vivenciadas pelos estudantes indígenas no curso de Licenciatura em Educação Intercultural Indígena da Universidade Federal de Goiás – UFG, de forma mais específica alguns aspectos relacionados à escrita do livro *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, apresentado como uma coautoria entre o antropólogo Bruce Albert e o xamã yanomami Davi Kopenawa; e o posicionamento de outras lideranças indígenas acerca da importância da escrita e da educação escolar indígena para os povos indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Apropriação da escrita. Escrita indígena. Descolonização do saber.

Experiencia indígenas con la escritura: apropiación, impases, desafíos y posibilidad: educación intercultural y “La caída del Cielo”

RESUMEN

Este artículo propone tratar de temas que impregnan las experiencias indígenas con la escritura y, desde luego, señalar sus particularidades y desafíos. Las reflexiones propuestas buscan investigar el proceso de apropiación de la 'escrita' por parte de los pueblos indígenas, sus actualizaciones y transformaciones. Tratamos de entender cuál sería el propósito de estas apropiaciones y cuáles son los desafíos presentados en este proceso. Cuando planteamos estas preguntas, analizamos algunas experiencias vividas por estudiantes indígenas en el curso de licenciatura en Educación Intercultural Indígena de la Universidad Federal de Goiás - UFG, de manera más específica algunos aspectos relacionados con la escritura del libro *La caída del cielo: palabras de un chamán yanomami*, presentado como coautoría entre el antropólogo Bruce Albert y el chamán yanomami Davi Kopenawa

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: angoladekiaia@gmail.com.

² Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: eliasna50@gmail.com.

y la posición de otros líderes indígenas sobre la importancia de la escritura indígena y la educación escolar para los pueblos indígenas.

PALABRAS-CLAVE: Apropiación de la escrita. Escrita indígena. Descolonización del conocimiento.

Introdução

Desde o primeiro contato com o colonizador os povos indígenas vêm sendo representados e silenciados por narrativas eurocêntricas. Mesmo os indígenas produzindo suas práticas textuais por meio da oralidade e dos desenhos, foram e ainda são hostilizados e desmerecidos como produtores de uma forma de escrita, isso porque trazem, em sua base de conhecimento, padrões que não são europeus. O pensamento ocidental institucionalizou, pela colonialidade do saber, a ideia de que os povos que não organizam seus conhecimentos por meio da escrita grafocêntrica são povos atrasados e inferiores. Assim, todas as outras bases de conhecimento não sistematizadas em códigos escritos eleitos pela visão ocidental foram e são desmerecidos e hostilizados. Esse é um problema vivenciado pelos povos indígenas, no Brasil, há séculos, por apresentarem como base de seus conhecimentos a oralidade, os grafismos e a espiritualidade. Suas epistemologias são negligenciadas e silenciadas por esse aparato perverso de seleção.

A base desse projeto colonial foi expandida principalmente por meio da educação escolar indígena, administrada por missionários religiosos. Segundo Baniwa (2006, p. 151), “assim, em todo aquele período, compreendido entre os séculos XVI e XVIII, é praticamente impossível separar a atividade escolar do projeto de catequese missionária”. A imposição da escrita nas escolas indígenas atendia às necessidades desenvolvidas pela colonização europeia de impor a sua suposta superioridade aos indígenas e aos seus territórios. A escrita foi utilizada como instrumento disciplinar e de controle social. Dessa maneira, o resultado dessa relação entre a escola colonizadora e os povos indígenas arrasta consigo uma longa história de violência epistêmica e um sistemático processo de silenciamento de outras racionalidades. Os povos indígenas, com suas línguas e seus saberes, foram sendo violentamente incorporados à comunidade nacional, alimentando a ideia de que os indígenas estavam desaparecendo. O Estado utilizou os povos indígenas para compor a construção do que seria a identidade do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, negava-lhe seus direitos como cidadãos. Esse quadro só foi alterado após a Constituição de 1988, em função da luta dos povos indígenas no Brasil.

O contexto histórico de apropriação da escola pelos povos indígenas é um movimento que se intensificou no final dos anos 1980, com a mobilização indígena, tendo em vista a possibilidade de influir no processo de elaboração da Constituição em busca de seus direitos. Após a promulgação da Constituição de 1988, os povos indígenas tiveram reconhecidos o direito a uma educação diferenciada que contemplasse sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e direito ao uso de suas línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem. Com esses resultados, começaram a caminhar para o processo de apropriação da escola e de reflexão sobre qual tipo de escola queriam e precisavam em suas comunidades.

Diante do exposto, algumas conquistas foram alcançadas a partir de 1988. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/96), em seus artigos 78 e 79, estabeleceu que ao Estado cumpria o dever de oferecer aos indígenas uma educação simultaneamente em português e nas suas línguas indígenas; e o Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução nº 3, de 10/11/1999, exigia da União a elaboração de diretrizes políticas da educação escolar indígena, cabendo aos estados da federação ofertá-las.

O objetivo desse artigo é cotejar as experiências indígenas de apropriação e utilização da escrita, suas particularidades e desafios vivenciados pelos estudantes indígenas no curso de Educação Intercultural Indígena da UFG e analisar de forma mais detida alguns aspectos relacionados à escrita do livro *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, apresentado como uma coautoria entre o antropólogo Bruce Albert e o xamã yanomami Davi Kopenawa. Ao investigarmos o processo de apropriação da escrita, na escrita do livro *A queda do céu*, intentamos compreender qual seria o propósito dessa apropriação. Até que ponto esses processos de apropriação da escrita se assemelham e divergem aos que ocorrem no curso de Educação Intercultural da UFG. Tentamos estabelecer uma conexão entre a proposta realizada por Kopenawa, com o livro *A queda do Céu*, tendo que ser “escrito” para chamar a atenção dos não indígenas sobre a iminência do desastre que se anuncia da destruição do mundo.

Por outro lado, buscamos de forma inicial analisar a escrita dos estudantes do curso de Educação Intercultural para captar como eles utilizam a apropriação da escrita. A conexão estabelecida pelo artigo entre a escrita do livro de Kopenawa e apropriação da escrita vivenciada pelos estudantes indígenas do curso de formação de professores indígenas da UFG busca entender em que frentes e contextos essas lutas para preservarem seus conhecimentos e, também, se fazerem ouvir, estão acontecendo. Mas é importante esclarecer que seria

necessário um estudo mais aprofundado sobre a produção desses discentes da Educação Intercultural Indígena da UFG para compreender como eles estão construindo suas epistemologias neste espaço de poder que é a Universidade. Assim, em trabalhos futuros pretendemos estudar este tema para que possamos mergulhar de forma mais etnográfica e analítica nessas produções para um entendimento mais amplo sobre as experiências de apropriação da escrita vivenciadas por esses estudantes indígenas.

1. Referencial teórico e metodológico

Este artigo é fruto da dissertação de mestrado³ intitulada “A queda do céu”: o pensar Decolonial na obra de Kopenawa Yanomami (1990-2015) e está fundamentada nas perspectivas teóricas decoloniais latino-americanas. Acreditamos, assim, que este estudo segue na direção do Programa Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade. Adotamos uma abordagem qualitativa de base documental, seguindo uma linha interpretativa com base em fonte de dados, a saber, o livro *A queda do céu*, e a entrevista⁴ sobre o processo de escrita do livro, aprovada pelo conselho de ética e concedida por Kopenawa, no Confort Hotel, em Goiânia, na manhã do dia 17 de outubro de 2018. Além disso, nos baseamos em algumas produções escritas produzidas por estudantes indígenas dos povos Javaé, Karajá, Tapirapé, Xerente; e professores do curso de Educação Intercultural Indígena da UFG. A abordagem proposta consiste basicamente em categorizar, investigar e interpretar fontes físicas, normalmente documentos escritos, sejam eles pertencentes ao domínio público ou privado, produzidos em diferentes situações e que, ao menos indiretamente, revelam aspectos socioculturais e ideológicos a eles subjacentes.

2. Análise de discussão

³ SOUZA, Karla Alessandra A. “**A queda do céu**”: o pensar Decolonial na obra de Kopenawa Yanomami (1990-2015). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, UFG, 2019.

⁴ Davi Kopenawa autoriza a utilização da entrevista e estudos futuros sobre o tema. Davi Kopenawa Yanomami: **Entrevista sobre o processo de escrita do livro *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*** [outubro, 2018a]. Entrevistadores: SOUZA, Karla Alessandra A.; NASCIMENTO, André Marques. Goiânia: Confort Hotel. 1h53m49s de gravação. Filmado por: NASCIMENTO, André Marques. Entrevista concedida à pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Goiás (UFG)-GO.

Percebemos que a apropriação da escrita por parte dos estudantes indígenas ocorre com o objetivo de documentar e manter seus saberes. Estes professores indígenas que estão frequentando esses espaços acadêmicos tentam, assim, demonstrar suas visões de mundo. O movimento de apropriação vivenciado pelos estudantes indígenas, nesses espaços acadêmicos, é algo complexo, doloroso, e tem sido discutido por algumas lideranças indígenas, entre elas, Ailton Krenak e Davi Kopenawa que questionam até que ponto essa relação com a escrita pode ser utilizada a favor dos propósitos indígenas. Davi Kopenawa, ao se apropriar da escrita com o auxílio do antropólogo Bruce Albert para desenvolver o projeto do livro *A queda do céu*, utiliza-se da escrita como um instrumento de denúncia com intuito claramente político.

A admissão do sistema de escrita pelos povos indígenas pode ser compreendida como uma tentativa de provocar autonomia e autorrepresentação. Os indícios e a experiência vivenciada no curso de Educação Intercultural da UFG, em mais de 11 anos, parecem apontar para esta tentativa. Isso pode ser percebido nos Projetos extraescolares que estão em sintonia com as necessidades e estratégias de sobrevivência dos povos indígenas que participam do curso e pelas produções e publicações na Revista *Articulando e Construindo Saberes*⁵, por exemplo. De acordo com Nazareno,

as Atividades Extraescolares, por sua vez, visam ao desenvolvimento de contextos de ensino-aprendizagem pautados nas formas próprias de produção e transmissão de conhecimentos indígenas. É uma atividade eminentemente intercultural, ou seja, que pauta exclusivamente em elementos considerados próprios da cultura indígena, muito embora dialogue constantemente com a realidade gerada pelas relações intercultural, cujos temas de trabalho são pensados, liderados e desenvolvidos pelos professores indígenas em formação superior, contando sempre com o fundamental e imprescindível apoio de suas lideranças, de seus/as sábios/as e de suas comunidades (NAZARENO, 2017, p. 495).

Há uma enorme quantidade de material a ser pesquisado, mas essa análise será feita em um trabalho futuro. Assim, neste artigo, foram escolhidos apenas alguns escritos dos estudantes, a título de exemplo. Faz-se pertinente refletir sobre as ameaças que essa apropriação representa: um jogo, um espaço de negociação e riscos, mas existe possibilidade de ganho e esta é, de alguma forma, poder assegurar a memória desse conhecimento ancestral, nas escolas indígenas. Como sintetiza Meliá (1989), “a alfabetização quer assimilar o índio; o índio quer assimilar a alfabetização para não ser assimilado”.

⁵ *Articulando e Construindo Saberes* é uma revista do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena (NTFSI) da Universidade Federal de Goiás, onde o Curso de Licenciatura em Educação Intercultural, citado neste artigo, é sediado.

Sobre o impacto da escrita nas comunidades indígenas, os estudantes Apyãwa do Curso de Educação Intercultural, da UFG, destacaram alguns pontos positivos em relação à apropriação da escrita em sua comunidade. Segundo Jesus Silva (2016, p. 77), “o objetivo da escola na aldeia surgiu de várias necessidades, entre elas, a luta pela terra. Nossos líderes necessitavam do domínio da língua portuguesa para dialogar com as pessoas competentes que respondiam pela questão fundiária [...]”. A língua portuguesa é, portanto, utilizada nos ambientes de produção de conhecimento sendo eleita como língua maior. Esta construção de superioridade inviabiliza a utilização do uso das línguas indígenas que assim permanecem relegadas à subalternidade e ao esquecimento.

O exercício de apropriação da escrita, pelos povos indígenas, nasce da necessidade de se colocarem presentes no contexto social, o que provoca e proporciona, de alguma forma, um espaço de diálogo. Nessa perspectiva, a escrita pode ser manuseada de forma crítica, pelos indígenas, em prol de seus interesses, como um caminho para a desconstrução do silenciamento epistêmico no qual foram inseridos. Mas é importante indagar: até que ponto a escrita serve aos propósitos dos indígenas? Percebemos que os desafios são imensos, mas tem-se construído alternativas viáveis para a implantação de práticas de letramento em contexto escolar indígena que contemplam práticas interculturais, multilíngues e transidiomáticas concretas.

Como resultado de algumas experiências de apropriação da escrita desenvolvidas pelos estudantes indígenas do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG destacamos o processo de produção de livros. Por meio do Programa Institucional de Iniciação à Docência – Pibid-Diversidade da UFG, entre os anos de 2013 e 2017 foram publicados diversos livros. A coleção Documentação de Saberes Indígenas, com dez volumes, trouxe a público os projetos extraescolares dos estudantes concluintes do curso, entre os anos de 2008 e 2011. Os livros são, em sua maioria, bilíngues, isto é, estão na língua materna dos povos indígenas e em português. Eles representam uma importante base epistemológica contendo os conhecimentos indígenas, e são utilizados como material didático nas escolas indígenas⁶.

O Pibid diversidade esteve dividido em três áreas, Ciências da Linguagem, Ciências da Cultura e Ciências da Natureza e, por meio das ações, algumas publicações foram realizadas,

⁶A bibliografia desse material didático está disponível no referencial teórico deste estudo em *Documentação de Saberes Indígenas*.

como por exemplo, na área de Ciências da Linguagem, o livro *Apontamentos sobre a situação sociolinguística da comunidade indígena da região Araguaia-Tocantins e Xingu: olhares dos docentes indígenas*, organizado por André Marques do Nascimento, em 2017. Outra importante iniciativa, tendo em vista a autoria indígena, é a *Revista Articulando e Construindo Saberes*⁷.

A seguir faremos um pequeno mergulho na obra *A queda do céu* de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), no afã de tentar compreender como a autoria indígena se apresenta por outra via, além da acadêmica citada anteriormente. “A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami” foi publicada originalmente em francês em 2010, na prestigiosa coleção “Terre Humaine”. A tradução em inglês foi publicada pela Harvard University Press, em 2013. No Brasil, a obra foi lançada pela editora Companhia das Letras, em setembro de 2015. O livro foi escrito a partir das palavras de Davi Kopenawa Yanomami e transcritas pelo antropólogo Bruce Albert. O livro em questão foi concluído com 24 capítulos, a obra foi organizada em três momentos: *Devir outro*, *A fumaça do metal*, e *A queda do céu*. A estrutura da obra foi pensada por Albert, que apresenta 55 fotografias que destacam Kopenawa, seu povo e sua trajetória, bem como numerosos desenhos yanomami, totalizando 85 imagens.

3. *Utupa Siki*:⁸ e a relação de Davi Kopenawa com a escrita

Para sistematizar esses questionamentos acerca da apropriação e uso da escrita, analisamos de forma particular o fragmento “Palavras dadas” (2015, p. 63-66) e o primeiro capítulo “Desenho da Escrita” (2015, p.69-79) do livro *A queda do céu*. Nele, Kopenawa (2015, p. 65) doa suas palavras aos não indígenas e relata que “gostaria que os brancos parassem de pensar que a nossa floresta é morta e que ela foi posta lá à toa. Quero fazê-los escutar a voz dos *xapiri*, que ali brincam sem parar, dançando sobre espelhos resplandecentes. Quem sabe assim eles queiram defendê-la conosco?”. Kopenawa nos oferece as palavras de *Omama* e dos *xapiri*, buscando, através dessa doação, combater a ignorância dos não indígenas sobre os Yanomami e a floresta. No Capítulo um do livro, “Desenho da escrita” (p. 69-79), o xamã descreve e compara o processo de aprendizagem do povo Yanomami com o

⁷ Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/racs>. Acesso em: 19 out. 2018.

⁸ “Os Yanomami chamam as páginas escritas e, de modo mais geral, os documentos impressos contendo ilustrações (revistas, livros, jornais) de *utupa siki* (“peles de imagens”)” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 610).

processo de aprendizagem dos não indígenas, destacando a sua relação com a oralidade, a necessidade da escrita e da memória. No intuito de ampliar a discussão aqui apresentada, foram utilizados também fragmentos de entrevistas de Kopenawa disponibilizados no Youtube e a entrevista (KOPENAWA, 2018a) concedida à pesquisa realizada.

Tendo sua base de conhecimento fundamentada na oralidade, o xamã logo percebeu que os não indígenas não conseguiam dar a atenção devida somente às suas palavras. No fragmento “Palavras dadas”, Kopenawa descreve sua parceria com Albert e a necessidade de desenhar a história do povo Yanomami em *peles de imagens*. O texto é uma carta doada por Kopenawa aos não indígenas, tendo como objetivo principal mostrar a história de seu povo para que ela seja entendida e respeitada. Kopenawa inicia seu diálogo com Albert, apresentando seu posicionamento quanto à passagem de sua voz oral para a escrita colaborativa:

Nós éramos jovens, e no começo você não me conhecia. Nossos pensamentos e nossas vidas são diferentes, porque você é filho dessa outra gente, que chamamos de napê. Seus professores não o haviam ensinado a sonhar, como nós fazemos. Apesar disso, você veio até mim e se tornou meu amigo. Você ficou do meu lado e, mais tarde, quis conhecer os dizeres dos *xapiri*, que na sua língua vocês chamam de espíritos. Então, entreguei a você minhas palavras e lhe pedi para levá-las longe, para serem conhecidas pelos brancos, que não sabem nada sobre nós. [...] Poucos são os brancos que escutaram nossa fala desse modo. Assim, eu lhe dei meu histórico, para você responder aos que se perguntam o que pensam os habitantes da floresta (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 63).

O xamã yanomami discorre sobre o contexto de aproximação entre ele e o antropólogo Albert, pontuando a diferença entre as formas de significar o mundo. Sinaliza a abertura intercultural entre os Yanomami e o antropólogo não indígena, movida pela necessidade de diálogo entre esses dois universos culturais.

No Capítulo 1, “Desenho da escrita”, Kopenawa relata a importância das palavras dos antigos para o conhecimento tradicional yanomami e explicita o desejo de falar sobre a história de seu povo aos não indígenas para desconstruir a imagem equivocada construída e mantida sobre eles, alimentada pelos livros escritos por antropólogos europeus nos quais os Yanomami são tratados como selvagens e ignorantes. Dessa forma, o xamã esclarece que seu povo não tem necessidade de desenhar as palavras para guardar seus conhecimentos, como fazem os não indígenas, pois seu povo tem uma memória longa e forte, diferente dos não indígenas, que precisam escrever sua história, uma vez que seu pensamento é esfumado e sua mente esquecida. Destaca a dependência do não indígena da escrita e esclarece que seus

antepassados não possuíam livros, não desenhavam as palavras, que o costume do povo Yanomami é com as palavras que ficam fixadas dentro deles em seu cotidiano e estão sempre vivas. Esse conhecimento tradicional Yanomami se fundamenta na oralidade, assim se multiplicam as palavras e alargam o pensamento por meio dos conhecimentos adquiridos pelo pó de *yãkoana* e dos sonhos (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Diante da urgência de se fazer ouvido e percebendo a necessidade do não indígena de desenhar as palavras para entender o mundo, o xamã yanomami desloca-se em um movimento de apropriação subversiva da escrita. Para ele (2015, p. 75), “hoje, os brancos acham que deveríamos imitá-los em tudo. Mas não é o que queremos”. Ao procurar o antropólogo Albert para escrever um livro sobre a história do povo Yanomami, ele demonstra dificuldade em dominar os códigos da escrita. De acordo com Kopenawa e Albert, para o povo yanomami as palavras escritas são:

[...] os documentos impressos contendo ilustrações (revistas, livros, jornais) de *utupa siki* (“peles de imagens”). Para o papel, utilizam a expressão *papeo siki*, “peles de papel”. Referem-se à escrita com termos que descrevem certos motivos de sua pintura corporal: *oni* (séries de traços curtos), *turu* (conjunto de pontos grossos) e *yáikano* (sinusoides). Escrever é, assim, “desenhar traços”, “desenhar pontos” ou “desenhar sinusoides”, e a escrita, *trê ã oni*, é um “desenho de palavras” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 610).

As peles de imagem para os Yanomami trazem os desenhos das palavras e é assim que percebem a escrita, associando ao ato de desenhar. A língua yanomami começou a ser transcrita na década de 1960, por meio das ações das missões evangélicas (New Tribes Mission, Unevangelized Fields Mission). Na década de 1990, boa parte do território yanomami no Brasil passou a utilizar um sistema de escrita fundado no alfabeto fonético internacional e no português. Esse sistema de escrita foi desenvolvido pelo programa de educação bilíngue da Comissão Pró-Yanomami (CCPY), com a cooperação de linguistas e antropólogos envolvidos na causa yanomami. Essa convenção gráfica selecionada foi adotada nas escolas yanomami e em instituições oficiais de educação, sendo base para a escrita dos principais documentos da associação yanomami no Brasil, a Hutukara é fundamental para o trabalho de transcrição de que esse livro é resultado (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 555-556). Dessa maneira, a escrita passa a ser utilizada pelos Yanomami a serviço de suas exigências frente aos problemas que eles têm enfrentado, como a proteção de seus territórios.

A escrita foi imposta ao xamã yanomami ainda na sua infância, através de um projeto de evangelização. Conforme relata Kopenawa e Albert (2015, p. 279), “quando eu era pequeno, em Toototobi gostava de escutar a gente de *Teosi*. [...]. Eles me ensinaram, como às demais crianças, a desenhar as palavras de nossa língua, e depois a reconhecer os números que os brancos usam para fazer conta”. Os missionários aprendiam as línguas dos indígenas e inseriam a escrita e sua religião. De acordo com Smiljanic (1999, p. 39-41), “em 1965-1966, quando Davi Kopenawa tinha por volta de dez anos, a escola da missão tinha em média de quinze a vinte e cinco alunos”. Ao narrar sua relação com o conhecimento da floresta e com as palavras, Kopenawa (2015) descreve:

Eu não aprendi a pensar as coisas da floresta fixando os olhos em pele de papel. Vi-as de verdade, bebendo o sopro de vida de meus antigos com o pó de *yákoana* que me deram. [...]. Essa é a nossa escola, onde aprendemos as coisas de verdade [...]. *Omama* não nos deu nenhum livro mostrando desenhos das palavras de *Teosi*, como os dos brancos. Fixou suas palavras dentro de nós. Mas, para que os brancos as possam escutar é preciso que sejam desenhadas [...] (KOPENAWA, 2015, p. 76-77).

Diante do exposto, tentaremos compreender como o xamã yanomami percebe a escrita e se utiliza dela. Nosso primeiro contato com Kopenawa aconteceu em Brasília, em outubro de 2017, em “Diálogos com o xamã yanomami”, quando ele apresentou o tema “Infância e educação da criança yanomami”, na Universidade de Brasília (UnB). Ao final do evento, Kopenawa autografou vários livros, inclusive o nosso, e foi aí que percebemos que ele escrevia nas dedicatórias sempre a mesma frase: “Flecha para tocar coração da sociedade não indígena”, utilizando letra de forma em todos os livros. Abaixo da frase ele rubrica, com suas iniciais maiúsculas.

Um ano depois, no dia 17 de outubro de 2018, tivemos novamente a oportunidade de reencontrar com Kopenawa em Goiânia. A UFG o convidou para fazer a conferência, “Davi Kopenawa, os saberes indígenas e a Universidade: palavras de um xamã yanomami”, realizada no Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena. Diante da oportunidade e do caminhar da pesquisa conseguimos agendar uma entrevista com Kopenawa sobre o processo de escrita de seu livro *A queda do céu*.

Durante a entrevista perguntamos se ele já havia lido o livro depois de pronto e ele declarou: “não é ... metade que eu tô lendo ... não tenho tempo, viajo muito ” (2018a). Quando fazíamos alguma pergunta sobre uma parte específica do livro ou alguma imagem do livro,

percebemos que ele aguardava eu colocar na página exata do assunto questionado e, então, passava a mão sobre a página do livro, observava as palavras escritas em yanomami ou o desenho feito por ele, e então começava a falar sem mais consultar o livro.

Ao analisarmos a relação de Kopenawa com a escrita, percebemos que ele apresenta um nível elementar de alfabetização. Ao indagar Kopenawa (2018a) sobre sua relação com a escola, quando criança, e como tinha aprendido a escrever, ele relatou:

Então a escola há ... a escola não tinha ... só tinha *yāimuu wayamuu hereamuu* essa aí é minha escola [...] então isso aí é nossa escola do povo Yanomami, escola assim, casa não tinha nada, até hoje não tem [...] então tinha escola que eu aprendi escrever yanomami foi os missionários [...] eles aprendero nossa língua yanomami e as lideranças cobraro deles, então vocês vieram aqui só pra roubar nosso conhecimento, agora tem que ensinar nós? Ensinar como escreve, né, pra ensinar falar não é pra ensinar escrever, aí eles criaro uma pequena escola, aí eles ensinaro *a- e- i -o -u*. Então eles ensinaro pra poder aprender escrever foi assim que eu aprendi ... eu fiquei dois mês, fiquei dois mês e depois eu saí da minha aldeia e a Funai que chegava lá me convidaro meu chefe da aldeia, libero pra mim ir andar e ficar na casa dele ajudar e trabalhar e aprender a falar português e assim que eu aprendi. (Entrevista realizada em 17/10/18).

Sobre a aproximação de Kopenawa com a língua e escrita em português depois de adulto, descreve que, após voltarem de uma expedição, foi convidado por um funcionário da Funai, chamado Chico, a ir com ele trabalhar em Manaus. Lá chegando, trabalhou como carregador de água e limpador de piscinas. Só depois foi chamado pela Funai para trabalhar como intérprete, pois Kopenawa já havia aprendido um pouco de português (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 294-295). Durante o tempo em que esteve trabalhando como intérprete, transitou por várias regiões da floresta amazônica. Kopenawa e Albert (2015, p. 300) relatam: “resolveram fazer com que eu estudasse para me tornar agente de saúde. Comecei a aprender, como fazer engolir remédios, atar curativos e até dar injeções”.

Mas de acordo com ele, essa nova tarefa lhe exigia um domínio maior da língua portuguesa. Como ele mesmo descreve: “porém, eu tinha dificuldade em entender o que eles me explicavam. [...]. Além disso, da escrita eu só sabia o pouco que tinha aprendido ainda criança, na escola da Missão Toototobi, em minha própria língua. Eu não conseguia ler as peles de papel dos remédios” (2015, p. 301). Esses problemas em relação ao domínio da língua e escrita em português são relatados por Kopenawa no período em que foi fazer o curso de agente de saúde, na década de 1970, pois sua alfabetização ocorreu em sua língua yanomami. Assim, quando tinha que ler as indicações das medicações em português, encontrava dificuldades. De acordo com Paixão (1977) apud Kopenawa e Albert (2015, p.

653), Kopenawa falava e compreendia bem o português, sem, entretanto, dominar a sua leitura e escrita.

Kopenawa demonstrava intenção de continuar aprendendo o português para poder ajudar o seu povo, mas, para isso, deveria deslocar-se de sua região para poder se aperfeiçoar. Nessa direção, é importante pensar como o sentido de apropriar-se da escrita, de ‘dominá-la’, assume outra dimensão e insere o indígena no mundo do letramento. Kopenawa (2018a) tem pouco domínio dos códigos da escrita, mas sabe bem o que vai fazer com o letramento ocidental. Quando indagado sobre o processo de escrita do livro *A queda do céu*, o xamã yanomami relata:

O Bruce fez o documento dele, escreveu, peguei, abri, aí eu vi o nome do Yanomami falando ele contando pra nós, pro branco, sobre nós ... Yanomami vive assim, Yanomami come macaco, Yanomami é povo nômade e só caça pesca e trabalha só isso. Então eu não gostei. Aí eu reclamei: “Olha, Bruce, você não consultou, você nem consultou de mim ... aí ele: “Por quê?”. Porque você entrou assim, é, sem permissão da comunidade, eu tava na outra aldeia, ele entrou na outra comunidade [...] então eu comecei a conversar com ele: “Agora tu vai, então eu vou deixar como você escreveu ... fazer assim você vai me ajudar ... quem vai contar sou eu não é tu ... tu não é Yanomami, tu não nasceu na terra Yanomami, não. Você nasceu na França, então você aprendeu a nossa língua, você conheceu a nossa língua yanomami ... você vai me ajudar aí” ... demorou pouco, ele ficou triste ((Kopenawa sorri)), ficou triste e depois resolveu pensar, resolveu pensar e pra é ... ele falou: “Toma ... como você vai escrever?”. “Eu vou gravar com o gravador, compra gravador, aí traz aqui na comunidade, nós vamo senta só nós dois” ... Aí nós fizemo assim, aí eu fiquei preocupado: “Então quem vai contar histórico conhecimento do povo Yanomami sou eu, não é tu, você já fez, você conta a conhecimento da cidade capital ... do que você conhece. Quem conhece essa floresta, o conhecimento do povo Yanomami, sou eu”. (Entrevista realizada em 17/10/18).

O xamã yanomami expressa sua preocupação em relação ao trabalho do antropólogo que publicava livros sobre o seu povo sem autorização das lideranças, e ressalta seu desagrado em perceber que a história escrita sobre seu povo não representava a riqueza do conhecimento tradicional Yanomami, e sim descrições generalistas. Dessa forma, Kopenawa abre um campo de negociação com o antropólogo Albert e propõe a ideia do livro, sendo enfático ao exigir o seu lugar de fala na narrativa escrita proposta ao antropólogo. Quando Albert lhe questiona sobre como vai escrever o livro, já que ele (Kopenawa) não tem muita intimidade com a escrita, percebemos uma situação que poderia inviabilizar o projeto. Diante do impasse, o xamã relata que caberá a Albert escrever o histórico tradicional do povo Yanomami, só que agora quem irá narrar será ele, que é Yanomami. Esse posicionamento de Kopenawa nos remete à opção decolonial de Mignolo (2008a) como um ato de desobediência epistêmica que se desenvolve através da apropriação subversiva da escrita. Quando perguntado sobre a frase

“flecha para tocar coração da sociedade não indígena”, colocada nos autógrafos, Kopenawa (2018a) relata:

Flecha?... Porque flecha vai longe ... pra chegar tocar ... a ponta da flecha toca uma não é para fechar coração não, é para tocar coração da pessoa que sente ... sem coração ninguém pensa, ninguém sente, não se preocupa ... então a principal é o coração, que fica, começa a preocupar e sentir a olhar ... então ... eu mesmo inventei essa palavra, não alguém que deixou comigo não.

[...]

É tocar e a indígena yanomami usando flecha assim tipo, mensagem tipo assim, é ... telefone, telefone toca, você, você olha, entender ... responder, é como celular, alguém tá longe tá querendo conversar (...) aí a celular toca, toca, de nós pra olhar pra ele, mas tá longe, mas não enxerga, é só escutar, tá avisando, mensagem tá chegando dentro do coração. (Entrevista realizada em 17/10/18).

A frase autografada por Kopenawa, no livro, nos possibilita refletir sobre os caminhos percorridos por esse xamã yanomami em exercício de apropriação da escrita. A escrita do livro é a flecha que objetiva ‘tocar’, sensibilizar o coração dos não indígenas, tendo como objetivo central enviar uma mensagem de alerta, que anuncia ‘*a queda do céu*’. Ao ser questionado se a escrita é importante para os indígenas, Kopenawa (2018a) declara:

Sim a escrita é importante para mim e pro meu povo ... importante povo Yanomami, maioria Yanomami não fala português, está na montanha, fica afastado da cidade, então eu ... eu ... primeiro é que tem escrito no papel ... sem escrito sempre vai um branco, sempre vai não, vai olhar, não vai acreditar, não vai ficar considerando como amigo o povo indígena ((Kopenawa aponta para o livro)). Isso aqui é importante sim pra mim, isso aqui tá ajudando, ele tá me ajudando pra divulgar nome do povo Yanomami andando qualquer, qualquer cidade aqui no Brasil e fora. (Entrevista realizada em 17/10/18).

Buscamos, por meio dessas observações, investigar a relação que Kopenawa estabelece com a escrita e seu movimento de apropriação. Como relatado, anteriormente, o xamã yanomami recebeu ‘rudimentos de alfabetização’ (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 688), mas se utiliza deles de forma eficaz.

4. Possíveis limites na apropriação da escrita

Em relação ao movimento de apropriação da escrita protagonizado pelos estudantes indígenas, na Universidade, Kopenawa (1998, online) demonstra preocupação: “estudo em língua dos brancos [...] nós sabemos se eu colocar meu amiguinho, meu rapazinho lá na escola

dos brancos ele vai virar branco e vai contra próprios parentes”. Ao consultarmos Kopenawa (2018a) sobre a inserção dos jovens indígenas, nas Universidades, ele sorri e diz:

Jovem yanomami ainda não ... já tentaram, mas já voltaram, mas eles tão ((Kopenawa sorri)), continua chorando ... tão querendo que eu consiga escola pra eles, jovem yanomami indígena no Brasil hoje estão olhando o caminho da política ... estão olhando o caminho da política, pra a? Pra aprender, aprender falar português, aprender escrever, aprender mexer é computador, aprende a filmar, aprende também é fazer histórico ((Kopenawa aponta para o livro sobre a mesa)), aprende como se é advogado e antropólogo também, esse que é o pensamento dele, o pensamento que eles pensaram pra eles entrar na escola da Universidade, antes tem que pensar primeiro, pensar primeiro antes de entrar, será que vai, vai funcionar? Vai dar certo? Será que ele vai trazer benefício pra mim aprender, a escola do governo? Eu acho que não, ele vai estragar cultura Yanomami, vai estragar nossa língua, não fala mais, tira tudo, tira tudo e coloca outra coisa do branco, esse que é o jogo do político não indígena que tão colocando [...]

Mas outro lado eu acho bom, né, tem que aprende hoje, os jovens indígena homem, jovem indígena mulher, eles já tão dentro da Universidade, têm aprende que aprende, aprende, quer aprender aprende, hoje indígena aprende aprender a saber falar, falar, humm, como chama? Saber falar língua moderna, saber falar língua moderna pra dialogar com homem grande deputado, senadores, com presidente, pra podê defender próprio povo indígena. Assim eu penso, assim eu falo. (Entrevista realizada em 17/10/18).

Kopenawa não ignora o poder que a escrita tem, pois ele se utilizou dessa ferramenta para narrar seu conhecimento a Albert. Em uma fala na Escola de Teatro de São Paulo, Kopenawa (2018b) relatou: “Esse livro é pra vocês eu já tenho livro na cabeça no pensamento eu não precisa ler”. Ao refletirmos sobre as inquietações de Kopenawa em relação a apropriação da escrita, pontuamos algumas de suas colocações:

[...] é importante nós ficar esperto. Yanomami não pode deixar esquecer língua própria ... Yanomami também tem que aprender a escrever pra continuar ensinando nossos filhos, nossos netos, também tem que aprender português, porque branco não enganar nós e saber contar, saber fazer matemática, porque homem da cidade são muito inteligente, muito esperto pra poder acabar com nós. Então estamos preparando isso. (KOPENAWA, 2018c, *online*).

Essa preocupação apresentada por Kopenawa em relação ao trânsito dos indígenas nas instituições não indígenas também é problematizada por Ailton Krenak em fala na Universidade de São Paulo (USP). O escritor indígena adverte sobre esse movimento de jovens indígenas deixarem seus territórios para estudarem em instituições que não representam seus conhecimentos. Krenak (2017a) desenvolve uma reflexão ancorada em sua própria experiência nessas instituições, que ele destaca como uma forma de integração disfarçada dos estudantes indígenas no mundo do não indígena, fazendo um alerta sobre o fato

de que é preciso pensar criticamente sobre essa questão: inserir-se nesses ambientes de conhecimento ocidental vai fortalecer a cultura indígena? De que forma esse conhecimento do não indígena concede poder para a autonomia dos estudantes indígenas? Assim, Krenak responde as reflexões elencadas (2017a, *online*): “[...] a minha geração ... que me perdoe os mais novos ... sabe que não é frequentando as instituições dos brancos que nós vamos criar autonomia [...] frequentar as instituições dos brancos não significa empoderar nada”. As apreensões narradas por essas lideranças indígenas destacam que a entrada de estudantes indígenas nas Universidades tem sua importância, mas deve-se estar atento às ilusões que esse acesso apresenta, pois se apropriar da escrita é apenas o começo de uma grande luta.

A escrita se apresenta como um caminho tortuoso e é ao mesmo tempo uma ferramenta política que busca, entre outras coisas, um lugar para epistemologias indígenas no mundo dos não indígenas. Conforme Guesse (2011, p. 3), “os povos indígenas, além de aprenderem ou aprimorarem o domínio da língua portuguesa escrita, [...] intensificaram o processo de construção de sistemas alfabéticos escrito de suas próprias línguas de origem”.

Os indígenas de diferentes povos têm buscado, por intermédio da educação escolar indígena, possibilidades de manifestação dos seus diversos saberes e formas particulares de aprendizagem. Os povos indígenas vêm resistindo a opressão das estruturas coloniais de ensino, superando dificuldades e enfrentando os desafios com a perspectiva de poderem assegurar seus direitos de fato, um deles sendo o direito à memória. Para Monteiro (2014), a memória é o lugar no qual estão guardados seus conhecimentos que garantem sua manutenção como povo que persiste e sobrevive, mesmo em face da colonização, há milhares de anos.

Para os povos indígenas, é por meio da memória que se acessa o conhecimento tradicional; é pelas histórias guardadas pelos mais velhos e repassadas aos mais novos que se compreende o significado das coisas. Segundo Munduruku,

a memória é um vínculo com o passado sem abrir mão do que se vive no presente. É ela quem nos coloca em conexão profunda com o que chamamos tradição [...] é, pois, parte fundamental de um corpo que resiste. Os donos de sua oficialização nunca estiveram interessados na inclusão dos povos indígenas na narrativa oficial do país, na história e memória social brasileira (MUNDURUKU, 2014, p. 176-177).

Para manter-se viva, atualizada, a memória ancestral dos povos indígenas procura fazer uso dos instrumentos de que dispõe, como relata Munduruku (2014, p. 178-179):

Ser indígena e ficar apegado a uma tradição - escrita em minúsculo - é não perceber, compreender e aceitar a dinâmica da cultura. É não estar em sintonia com a lógica

que fundamenta a criação do mundo. É fugir da função de cocriação que nós é responsabilizada pela memória. [...], a convivência entre o passado e o presente é absolutamente possível se não nos deixarmos cair na armadilha dos estereótipos e da visão tacaña de que usar as novas tecnologias arranca do indígena seu pertencimento à tradição. [...]. É a não utilização destes instrumentos que faz com que a cultura esteja em processo de negação de si mesma. Portanto caminha para um fim. Na sua dinâmica, a cultura precisa se atualizar para manter-se permanentemente nova, útil e renovada (MUNDURUKU, 2014, p. 178-179).

A utilização das novas tecnologias é um caminho para manter a memória indígena revitalizada. A apropriação crítica da escrita, o uso do computador, do celular, e das redes sociais, pelos indígenas, são ações que podem ser percebidas como estímulo para a manutenção de sua tradição. A negação dessas tecnologias seria uma desvantagem diante da luta indígena por visibilidade e direitos. Para Munduruku (2014, p. 177), “a transmissão da Memória no contexto da aldeia, é feito pela palavra. A tradição é passada pelo uso da palavra. O ‘dono’ dela é o ancião, o velho, o sábio. É ele quem tem o poder e o dever da transmissão”. As narrativas de tradição oral fazem parte da constituição de vários grupos sociais, elas sustentam o sentido das coisas, representam imaginários e pela transferência dos saberes mantêm a memória ativa. E assim tem sido nas comunidades indígenas, mas, como relata Krenak (2017b), muito está se perdendo, pois, várias lideranças indígenas já morreram e não passaram seus conhecimentos, nada ficou registrado:

Incomoda a gente sentir que vamos perdendo pessoas cuja memória depende da tradição de oralidade. Eles partem não deixam muita coisa de referência para a gente conhecer o pensamento deles. São como as árvores no outono; as folhas vão caindo e a gente fica frustrado com as perdas. Por outro lado, hoje há a nova geração. Essas pessoas estão transitando para a escrita, estão começando a publicar, a escrever. Mas ainda não tenho uma ideia do que vai sobrar daqueles que estamos perdendo. Me pergunto o que é que vamos herdar desses seres que cantam, seres que são mágicos, pessoas com a visão mágica do mundo e que alimentam nossa esperança. Aniceto Tsudzawere Xavante, Payaré Gavião, Geraldino Rikbatsa, Mro’ô e Kañon Kayapó, esses são alguns que perdemos mais recentemente. [...]. No entanto, mais longe, tivemos o querido Marçal de Souza Tupa’i, assassinado em 1983 na porta da sua casa. Mesmo quando a gente lembra dele, a gente tem poucas coisas que ficaram registradas de seu pensamento. [...]. Outra pessoa que me vem na memória é o Mario Dzururã, o Juruna. A visão dele de sair daquela vida que tinha na aldeia para se meter nessa confusão que é a política brasileira, a atração que sentiu para ter essa experiência no Congresso Nacional. [...]. Tanto o Marçal, quanto o Juruna, um na questão da terra, outro na cidadania, foram dois grandes exemplos de pensadores que não deixaram muitas anotações sobre suas ideias (KRENAK, 2017b, p. 1).

A escrita como saber apropriado pelos indígenas é um elemento que possibilita a permanência do conhecimento registrado que se configura como um lugar de resistência, de

se fazer ouvir, de existir. Esse exercício de apropriação da escrita desenvolvido por indígenas busca valorizar a sua história e conhecimento.

Ao investigarmos os processos de apropriação da escrita no curso de Educação Intercultural Indígena da UFG e na escrita do livro *A queda do céu*, intentamos compreender qual seria o propósito dessas apropriações. Até que ponto esses processos de apropriação da escrita se assemelham e se divergem? Assim, percebemos que a apropriação da escrita por parte dos estudantes indígenas existe com o objetivo de documentar e manter seus saberes. Esses professores indígenas que estão frequentando esses espaços acadêmicos demonstram sua visão de mundo. O movimento de apropriação vivenciado pelos estudantes indígenas nesses espaços acadêmicos é algo complexo e doloroso e tem sido discutido por algumas lideranças indígenas, como Ailton Krenak e Davi Kopenawa, que questionam até que ponto essa relação com a escrita pode ser utilizada a favor dos propósitos indígenas. Davi Kopenawa, ao se apropriar da escrita com o auxílio do antropólogo Albert para desenvolver o projeto do livro *A queda do céu*, utiliza-se da escrita como um instrumento de denúncia com intuito político. Esses questionamentos são fundamentais para compreendermos como a narrativa escrita exigida por Kopenawa, no projeto da obra, nos aponta elementos de uma apropriação subversiva da escrita, que transgredir e desobedece epistemologicamente.

Os estudantes indígenas de vários povos estão escrevendo sobre o conhecimento de seu povo e produzindo sua experiência autoral, como é o caso das experiências desenvolvidas no Curso de Licenciatura em Educação Intercultural do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena da UFG. Essas experimentações autorais foram promovidas por meio de ações do projeto Saberes Indígenas na Escola, do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind)⁹ e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)/diversidade¹⁰ que, por sua vez, oportunizou a publicação de

⁹ “É um programa realizado pelo Ministério da Educação (MEC), numa iniciativa conjunta de duas de suas secretarias, a Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade (Secad) e a Secretaria de Ensino Superior (Sesu). O principal objetivo do programa é apoiar financeiramente cursos de licenciatura especificamente destinados à formação de professores de escolas indígenas, as chamadas licenciaturas indígenas ou licenciaturas interculturais. O processo de criação do programa envolveu a ação de diversos atores durante o início da década de 2000. No ano de 2006, o MEC realizou, juntamente com o Programa Trilhas de Conhecimentos, a Funai, a Universidade de Brasília (UnB), e outros parceiros, o Seminário Nacional de Avaliação do Prolind, onde foram discutidas as primeiras experiências de cursos de licenciatura indígena e elaboradas demandas para políticas públicas na área” (BARNES, 2010).

¹⁰ “O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade – Pibid Diversidade, tem como objetivo o aperfeiçoamento da formação inicial de professores para o exercício da docência nas escolas indígenas e do campo. O Pibid Diversidade concede bolsas a alunos matriculados em cursos de licenciatura nas áreas Intercultural Indígena e Educação do Campo, para que desenvolvam atividades didático-

trabalhos produzidos por estudantes indígenas em outros âmbitos, como os resultados dos projetos extraescolares e das práticas como componente curricular e estágio, nas quais os alunos indígenas são orientados por seus professores não indígenas a decidirem temas e formas de texto, conforme seus interesses e os de suas comunidades. Esses estudantes indígenas produzem e participam da produção bibliográfica e do processo de organização e edição de materiais como:

[...] artigo técnico-científico publicado; dissertação de mestrado em andamento ou concluída; edição, organização e/ou coordenação de livros ou coleções; publicação de jornais na escola; publicação de livro; publicação de capítulo de livro; publicação de resumo técnico-científico; publicação de trabalho completo; publicação individual de crítica e resenha científico-educacional ou prefácio de obras especializadas ou espetáculos; tese de doutorado em andamento ou concluída; trabalho de conclusão de curso em andamento ou concluída; tradução de capítulo de livro; tradução de peças teatrais, de óperas encenadas e livros; outros. (Relatório de Atividades do Programa Institucional de Iniciação à Docência – Pibid diversidade – UFG-2017).

Ações como as acima citadas são representações do processo de autoria indígena, em movimento, que apresentam ainda muitos pontos a serem experimentados, mas, é importante salientar, essa experiência de autoria indígena está em curso nesse momento em vários lugares do Brasil.

5. Literatura indígena como espaço de resistência

Para Munduruku (2014, p. 180), “a literatura então passa a ser um instrumento de atualização da memória que sempre utilizou a oralidade como equipamento preferencial para a transmissão dos saberes tradicionais”. Apresenta-se, então, a literatura indígena como ferramenta que conduz à oralidade indígena. Em estado da arte sobre autoria indígena inserida nesta pesquisa, obtivemos o resultado de que a maioria das produções de autoria indígena, no Brasil, no período de 2008 a 2017, estão representadas por produções literárias. Diante disso e das considerações de Munduruku, podemos compreender que os textos literários indígenas representam uma forma de renovar a memória indígena. Ainda de acordo com Munduruku:

A literatura indígena [...], nasceu juntamente com o primeiro sopro vital e criador. Foi crescendo palavra e se transformando em escrita mais recente. Talvez possamos

pedagógicas em escolas de educação básica indígenas e do campo (incluídas as escolas quilombolas, extrativistas e ribeirinhas)” (FUNDAÇÃO CAPES, 2013).

pensá-la num movimento de transição em que a oralidade e literatura criaram uma simbiose tamanha incapaz de haver separação ou anulação de uma pela outra. Quero dizer com isso que a literatura não apaga a oralidade e vice-versa. As duas se completam, se fundem no mesmo movimento da espiral que junta, passado e presente como um método pedagógico que se atualiza constantemente (MUNDURUKU, 2014, p. 180).

O discurso eurocêntrico constrói o silenciamento do indígena, apesar das inúmeras culturas nativas não serem desprovidas de narrativas orais e escritas, manifestas de diferentes formas, como bem se expressa Munduruku:

[...] a memória [...], precisa ser atualizada constantemente num movimento cíclico que acompanha o tempo cronológico do qual somos vítimas preferenciais. Cíclico é o conceito da Memória. Ela se desdobra sobre si mesma para se compor e se oferecer para os viventes (MUNDURUKU, 2014, p. 177).

A memória, para os indígenas, carrega a história de seus povos, suas lutas e dores e está nela o dispositivo propulsor da origem da resistência.

Nesse processo, podemos verificar que a língua do não indígena, utilizada anteriormente como instrumento de dominação e manipulação de saberes, passa agora para o domínio escrito do indígena. Há uma inversão da funcionalidade da escrita que representa uma possibilidade real de expressão comunicativa e, também, um dispositivo político a favor de suas demandas e direitos. Segundo Almeida e Queiroz (2004, p. 211), “a escrita sempre esteve presente no contato entre índios e brancos. Trata-se agora de um processo de recuperação, ou melhor, apropriação de seus meios”. A subalternidade imposta e velada diante do conhecimento indígena e a negação de sua memória são problemas latentes que movem a apropriação da escrita pelos indígenas, como ressalta Munduruku (2008, *online*):

Há um fio muito tênue entre oralidade e escrita, disso não se duvida. Alguns querem transformar este fio numa ruptura. Prefiro pensar numa complementação. Não se pode achar que a memória não se atualiza. É preciso notar que ela – a memória – está buscando dominar novas tecnologias para se manter viva. A escrita é uma dessas técnicas, mas há também o vídeo, o museu, os festivais, as apresentações culturais, a internet com suas variantes, o rádio e a TV. Ninguém duvida que cada uma delas é importante, mas poucos são capazes de perceber que é também uma forma contemporânea de a cultura ancestral se mostrar viva e fundamental para os dias atuais.

A resignificação da escrita, a atualização da memória e a busca pela autonomia nas escolas indígenas são dispositivos de relevância nesse campo de disputa e negociações por um

lugar de fala. Os povos indígenas estão construindo projetos de emancipação política com o objetivo de descolonizar a história contada sobre eles.

Considerações finais

Ao analisar a apropriação da escrita pelos povos indígenas, no Brasil, percebemos que é no contexto escolar indígena que essa adequação vem sendo experienciada de forma mais visível. Há também produções independentes de escritores indígenas que vivem nas cidades e estão inseridos nas Universidades e nos espaços de produção cultural, além de outras experiências como livros indígenas editados por outros meios. A relação da escrita com os povos indígenas, como já mencionado, se origina no projeto colonizador de forma imposta e segue esse viés até os dias atuais.

A apropriação da escrita protagonizada pelos indígenas brasileiros, no ambiente escolar, é o resultado de uma grande mobilização política dos povos indígenas que ganhou força entre as décadas de 1970 e 1980 materializada na conquista de alguns direitos com a promulgação da Constituição de 1988. A escrita tornou-se um instrumento que pode viabilizar um diálogo, na sociedade, por esses espaços de produção de conhecimento eurocêntricos, mas devemos atentar que tanto a escrita como esses espaços, as escolas e as universidades, dentre outros, são lugares que impõem a escrita como meio hegemônico, portanto, esse movimento apresenta, como já dito, grandes desafios.

Para comunicar-se com o mundo dos não indígenas, os povos indígenas se submetem a esse exercício doloroso e labiríntico de apropriação da escrita. Dessa maneira, podemos perceber que a escrita é importante para os indígenas, pois possibilita, nesse exercício de apropriação, lugares de fala exigidos por eles e vislumbram um novo contexto de visibilidade e diálogo com a sociedade não indígena.

As vias de acesso utilizadas por eles para esse exercício de apropriação da escrita apresentam-se com mais vigor no ambiente escolar e acadêmico, e na literatura indígena, com Kaka Werá Jecupé, Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Eliane Potiguara, Graça Graúna, entre outros. As reflexões apresentadas anteriormente por Davi Kopenawa e Ailton Krenak discorrem sobre esse fenômeno e ambos relatam suas incertezas e preocupações em relação a esta suposta ilusão de empoderamento vivenciada pelos estudantes indígenas. Essa questão de a apropriação da escrita gerar automaticamente a ideia de autonomia indígena representa um perigo para a manutenção de suas línguas, de seus territórios e para a organização de seu

conhecimento que tem na oralidade a base da organização de seus pensamentos, como relata Kopenawa:

Nossos antigos faziam dançar todos esses espíritos desde o primeiro tempo. Eles nada sabiam do costume dos brancos de desenhar suas palavras. Estes, por sua vez, ignoram tudo das coisas da floresta, pois não são capazes de realmente vê-las. Só sabem dela as linhas de palavras que vêm de sua própria mente. Por isso só têm pensamentos errados a seu respeito. Já os xamãs não desenhavam nenhum dizer sobre ela, nem rabiscam traçado da terra. [...]. Com sabedoria, não as tratam tão mal quanto os brancos. Bebem *yãkoana* para poder contemplar suas imagens, em vez de reduzi-las a alinhamentos de traços tortuosos. Seu pensamento guarda as palavras do quem viram sem ter de escrevê-las. Os brancos, ao contrário, não param de fixar seu olhar sobre os desenhos de suas falas colados em peles de papel e de fazê-lo circular entre eles. Desse modo estudam apenas o próprio pensamento e, assim, só conhecem o que já está dentro deles (KOPENAWA, 2015, p. 455).

Kopenawa descreve a diferença entre as origens de tradições de conhecimento dos Yanomami e dos não indígenas, chamando a atenção para a necessidade da escrita para o não indígena. Ademais, faz uma crítica destacando que, desse modo, só estudamos nossas próprias histórias, deixando de conhecer outras perspectivas de conhecimento que não se originam na escrita, mas sim na oralidade. Além disso, assegura que, com isso, temos uma visão limitada, já que nosso conhecimento é ‘reduzido em traços tortuosos fixados em pele de papel’. O processo de apropriação da escrita é experimentado no livro *A queda do céu*, em que Kopenawa utiliza-se da escrita em parceria colaborativa com Albert, com o objetivo de comunicar-se com os não indígenas e relatar a história de seu povo, denunciando problemas como o descaso com a saúde indígena e as invasões de garimpeiros no território yanomami.

Fica evidente que a escrita foi utilizada como uma concessão, um instrumento capaz de viabilizar esse desejo. Desse modo, Kopenawa (2015, p. 77) reitera: “*Omama* não nos deu nenhum livro mostrando os desenhos das palavras de *Teosi*,¹¹ como os brancos. Fixou suas palavras dentro de nós. Mas, para que os brancos as possam escutar, é preciso que sejam desenhadas como as suas. Se não for assim, seu pensamento permanece oco”. Em virtude disso, Kopenawa não se apresenta seduzido por esse movimento de apropriação da escrita, ele vale-se dele como a forma mais eficaz de se fazer ouvido pelos não indígenas, destacando a dificuldade deste de construir e estabelecer outras bases de comunicação que não seja a mesma imposta por eles: a ‘escrita’.

¹¹ “*Teosi*, vem do português ‘Deus’” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 610).

A imposição da educação escolar aos povos indígenas, pelo processo colonizador, deixou marcas profundas nas vidas desses povos. A escrita, assim como a obrigatoriedade em falar a língua do colonizador, foram essenciais para abrigar e reproduzir o chamado bilinguismo de transição, por meio do qual os valores da cultura ocidental são repassados para os povos indígenas. As estratégias de apropriação e de ressignificação das estratégias de dominação dos não indígenas são muitas. Talvez a apropriação da escrita e o registro dos conhecimentos indígenas por meio dela, nos possibilite ler e ouvir versões da história contadas desde o lado dos que foram colonizados.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. **Na captura da voz:** as edições da narrativa oral no Brasil. Belo Horizonte: A Autêntica/FALE/UFMG, 2004.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/Unesco, nov. 2006. BARNES, Eduardo Vieira. Da diversidade ao Prolind: reflexões sobre as políticas públicas do MEC para a formação superior e povos indígenas. In: SOUZA, Cassio Noronha Inglez de et al. (Org.). Povos Indígenas: projetos e desenvolvimento II. 1. ed. Brasília: Paralelo 15; Rio de Janeiro: Laced, 2010. p. 220. Disponível em: <https://ensinosuperiorindigena.wordpress.com/atores/nao-humanos/prolind-2/>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm > Acesso em: 27 de jul 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 10 de novembro de 1999.** Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf >. Acesso em: 27 jul 2020.

FUNDAÇÃO CAPES. **Pibid Diversidade.** Publicado sexta-feira, 6 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid-diversidade>. Acesso em: 17 dez. 2018.

GUESSE, Érica Bergamasco. Da oralidade à escrita: os mitos e a literatura indígena no Brasil. **Anais do SILEL**, v. 2, nº 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

JESUS SILVA, Léia de. Narrativas orais e escritas: relatos de uma experiência intercultural. **Revista Articulando Saberes** (UFG), Goiânia, v. 1, n. 1, 2016.

KOPENAWA, Davi. **Encontro com o líder indígena Davi Kopenawa Yanomami**. São Paulo: Escola de teatro – Centro de formação das Artes do Palco. Abril, 2018b. 40min56 de gravação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9bwfaTgYUe4>. Acesso em: ago. 2018.

KOPENAWA, Davi. Davi Kopenawa Yanomami: **Entrevista sobre o processo de escrita do livro *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*** [outubro, 2018a]. Entrevistadores: SOUZA, Karla Alessandra A.; NASCIMENTO, André Marques. Goiânia: Confort Hotel. 1h53m49s de gravação. Filmado por: NASCIMENTO, André Marques. Entrevista concedida à Universidade Federal de Goiás (UFG) -GO.

KOPENAWA, Davi. **Os saberes indígenas e a universidade:** palavras de um xamã yanomami. Conferências com Davi Kopenawa realizada na Universidade Federal de Goiás (UFG), no dia 17 de outubro de 2018c no Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena. Filmado por: NUNES, Cássia. 15 minutos de gravação.

KOPENAWA, Davi. **Roda viva:** Entrevista com Davi Yanomami. Tv Cultura, 1998. 1h34m de gravação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Htv5eW7mQrI>. Acesso em: 19 jan. 2018.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Do sonho e da terra no ciclo questões indígenas no teatro Maria Matos, no âmbito do ciclo te utopias e de passado e presente**. Lisboa, capital Ibero, maio de 2017b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m8MI9IzdlZ8&feature=share>. Acesso em: 6 nov. 2018.

KRENAK, Ailton. **Frequentar as instituições dos brancos não significa empoderar nada**. Entrevista publicada pela Radio Yandê em 27 de dezembro de 2017a. Disponível em: <https://www.facebook.com/radioyande/videos/1384747364968234/>. Acesso em: 10 maio 2018.

MELIÁ, Bartomeu. Desafios e tendências na alfabetização em língua indígena. In: EMIRI, Loretta; MONSERRAT, Ruth (Orgs.). **A conquista da escrita**. São Paulo: Iluminuras; Cuiabá: OPAN, 1989.

MIGNOLO, Walter D. **La opción de-colonial:** desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. Durham: Duke University, 2008a. p. 245-281.

MONTEIRO, Melissa C. Gomes. **Amu Itá Tetana:** Literatura infantil de autoria indígena como projeto político de (re)construção da imagem histórica e da autoimagem dos povos indígenas do Brasil. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-RIO, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. Literatura indígena e as novas tecnologias da memória. In MARTINS, Maria Sílvia. C. (Org.). **Ensaio em interculturalidades:** Literatura, Cultura e Direitos de indígenas em época de globalização. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

MUNDURUKU, Daniel. **Literatura Indígena e o tênue fio entre escrita e oralidade.** Publicado em 30 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/literatura-indigena>. Acesso em: 27 set. 2017.

NASCIMENTO, André M. Apontamentos sobre a situação sociolinguística da comunidade indígena da região Araguaia-Tocantins e Xingu: olhares dos docentes indígenas\ André Marques do Nascimento (Org.). Goiânia: Gráfica UFG, 2017.388p.

NAZARENO, Elias. Pibid-diversidade: construção de bases epistemológicas na formação de professores indígenas. **Crítica Educativa**, Sorocaba/SP, v. 3, nº 2 – Especial, p. 493-506, jan./jun. 2017.

PAIXÃO, Ana Maria da. **Relatório.** Brasília: Funai, 1977.

REVISTA ARTICULANDO E CONSTRUINDO SABERES. Publicado por: Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena – Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/racs>. Acesso em: 19 out. 2018.

SMILJANIC, Maria Inês. **O corpo cósmico: O xamanismo entre os Yanomae do alto Toototobi.** 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

SOUZA, Karla Alessandra A. **“A queda do céu”: o pensar Decolonial na obra de Kopenawa Yanomami (1990-2015).** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, UFG, 2019.

Submetido em 28 de fevereiro de 2020.

Aceito em 13 de julho de 2020.

Publicado em 07 de Agosto de 2020.